

Equipe de transição quer flexibilizar vinculação

Catia Seabra
Flavia Lima
SÃO PAULO

O governo Michel Temer sugeriu à equipe do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), a desvinculação de praticamente todas as receitas que hoje têm destino obrigatório, até mesmo parte das verbas da educação e do seguro-desemprego.

O documento encaminhado à equipe de Bolsonaro não deixa claro se as verbas para a saúde seriam totalmente preservadas.

O Orçamento da União é dividido em duas partes: fiscal e seguridade social.

Atualmente, a chamada DRU (Desvinculação de Receitas da União) recai sobre as duas, permitindo ao governo federal gastar livremente 30% de contribuições cuja arrecadação hoje é vinculada por lei.

O documento, intitulado

"Transição de Governo 2018-2019 - Informações Estratégicas", redigido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, traz propostas de um novo arranjo.

Uma DRU Geral —como foi batizado o novo instrumento— incidiria apenas sobre a arrecadação fiscal, que inclui contribuições sociais como PIS/Pasep, com 60% das receitas destinadas ao custeio do abono salarial e do seguro-desemprego, contribuições econômicas como a Cide e receita com exploração de petróleo.

Pela fórmula proposta, a DRU deixaria de ser aplicada sobre a arrecadação da seguridade social.

A mudança leva em consideração o fato de que a DRU tira recursos da seguridade social que acabam voltando para cobrir a mesma seguridade social.

Assim, a desvinculação de 30%, na prática, permite que o governo movimente apenas 13% dos

recursos.

A DRU Geral também enfraqueceria críticas de que a seguridade social é deficitária porque perde recursos com a desvinculação de receitas.

Pelos cálculos apresentados no documento, uma DRU Geral de 15% já permitiria que a administração Bolsonaro gastasse livremente, pelo menos, R\$ 18,2 bilhões que, por lei, teriam destinação obrigatória no ano que vem.

Atualmente, a DRU de 30% libera efetivamente R\$ 15,5 bilhões.

Pelo novo modelo, apenas a receita da contribuição social do salário-educação, a arrecadação de impostos e as transferências para estados e municípios ficariam intactas.

O governo Temer fez quatro simulações para calcular o efeito dessa nova DRU.





No extremo, Bolsonaro poderá dispor de até R\$ 30,3 bilhões caso opte pela desvinculação, via DRU Geral, de 25% das verbas carimbadas dentro do Orçamento fiscal.

Mantida a rigidez orçamentária, diz o documento, em 2021, o governo Bolsonaro teria liberdade sobre apenas 2% da receita.

Segundo o levantamento, o grau de rigidez não para de aumentar — passou de 85,6% das despesas primárias em 2001 para 93,7% em 2017.

A proposta de ampliação da desvinculação do Orçamento feita pelo governo Temer está em sintonia com o diagnóstico já feito pelo futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

O engessamento das despesas públicas é um problema que já chamou a atenção da equipe de transição e é alvo de preocupação de Guedes.

Em palestras a empresários e analistas financeiros, o economista já se manifestou contra a rigidez imposta ao Orçamento da União.

O documento encaminhado à

equipe de Bolsonaro mostra preocupação especial com alguns gastos vinculados, como aqueles relacionados ao seguro-desemprego e ao abono salarial.

Segundo o texto, os déficits apresentados pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) desde 2009 devem-se especialmente ao incremento das despesas com pagamento de seguro-desemprego e abono salarial. Isso, diz o documento, tem gerado sucessivas necessidades de aportes do Tesouro Nacional.

Em 2018, os gastos com seguro-desemprego e abono representam 75% das despesas do fundo e, pelas projeções, chegarão a 78%, em 2021.

Na área de educação, o documento toca em pontos sensíveis, como o fim do piso nacional do salário do magistério.

O texto propõe a regionalização do piso, que, desde 2008, é nacional, e um novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), condicionando o repasse da União à prova de eficiência.

A proposta, no entanto, elenca

dificuldades a serem enfrentadas pelo futuro governo na tentativa de flexibilização do Orçamento.

Os riscos mapeados pelo atual governo incluem resistência dos órgãos setoriais atingidos e o fato de serem temas impopulares capazes de impactar os índices de aprovação do sucessor.

Além disso, o documento alerta para o risco de questionamentos na Justiça, que retardem ou limitem os efeitos das medidas aprovadas, e ressalta que quase a totalidade das propostas dependeria também da aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição), que precisa ser aprovada por três quintos dos parlamentares em dois turnos na Câmara e no Senado.

"Há propostas complexas e que devem exigir maior negociação para não dividir a base de sustentação do novo governo no Congresso Nacional", diz o texto.

Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, passando pelas gestões do PT e de Michel Temer, o governo federal tem recorrido à DRU (Desvinculação de Receitas da União) para poder usar livremente parte do dinheiro.





Em suas palestras, Guedes defendeu um novo arranjo fiscal, com a descentralização de recursos e atribuições.

Ele disse que "a classe política só vai recuperar o protagonismo na condução das políticas públicas quando reassumir o controle do Orçamento da União com a desvinculação total, que liberaria recursos para estados e municípios".

Como a medida beneficia estados e municípios, espera-se apoio.

A proposta da nova DRU Geral consta do capítulo "Reformas Macrofiscais e Rigidez Orçamentária" do documento de 176 páginas encaminhada à equipe de transição.

O texto propõe também a redução imediata das despesas obrigatórias.

Em 2017, o total da despesa obrigatória alcançava R\$ 1,165 trilhão, ou 17,6% do PIB, percentual equivalente a investimentos, além de representar 91,1% da despesa primária (que exclui o pagamento com juros).

Como o governo gasta mais do que arrecada, isso acaba gerando um rombo nas contas públicas, que, em

2017, ficou em R\$ 124,2 bilhões.

As principais despesas obrigatórias que acarretam a rigidez do Orçamento da União estão relacionadas a gastos com pessoal, Previdência, saúde, educação, subsídios, subvenções, abono, seguro-desemprego e benefícios sociais previstos na legislação, como aqueles relacionados ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) e benefícios de natureza especial.

O documento destaca que benefícios previdenciários representam 34,2% das despesas obrigatórias, seguidos pelas despesas com pessoal (22,2%). Entre os alvos da nova DRU, o seguro-desemprego representa 3% dos gastos obrigatórios, enquanto o abono salarial corresponde a 1,3%.

O texto alerta para o fato de que, "se não forem adotadas medidas para reduzir esse peso da despesa obrigatória, ela comprometerá ainda mais o investimento público, o funcionamento da administração pública e a obtenção de resultados primários".

"Isso impactará diretamente o nível do endividamento público e sua sustentabilidade, afetando a confiança dos agentes, o equilíbrio macroeconômico e o PIB."

Quem tem dinheiro no governo Bolsonaro

VINICIUS TORRES FREIRE

Militares devem ficar com ministérios que controlam 60% do investimento federal. Assim será caso um militar também chefie um superministério da Infraestrutura, como se especula.

Tão ou mais importante, militares vão administrar pastas com os orçamentos ao mesmo tempo mais gordos e maleáveis, antes de grande importância na negociação política com o Congresso.

É uma divisão de poder a se prestar atenção.

Primeiro, a se confirmar a nova composição do seu Lego Ministério, Jair Bolsonaro terá de fato fechado os canais de negociação política com o Congresso por meio de nomeações ministeriais.

Segundo, o presidente eleito cria um "polo de planejamento" sob comando militar, organizado mesmo antes da campanha eleitoral, sob a orientação dos generais Oswaldo Ferreira e Augusto Heleno.

Note-se que também será um polo a reivindicar verbas orçamentárias ao uberministro da Economia, Paulo Guedes, e mudanças regulatórias ao Congresso. O governo Bolsonaro quer mudanças na área ambiental e de licitações, entre outras, a fim de tocar mais obras. Reivindicação cria

possibilidade de atrito.

Terceiro, o presidente parece querer mandar uma mensagem. Isto é, os ministérios antes tratados como carniça de corrupto estariam agora protegidos por militares. Este jornalista ouviu a expressão "carniça de corrupto" de um general do governo.

O Ministério da Infraestrutura ainda é uma incógnita, decerto. Pode ser a junção de Transportes, Portos e Aviação Civil com parte das pastas de Cidades (habitação, saneamento, transporte urbano) e da Integração Nacional (recursos hídricos: barragens, irrigação, obras do São Francisco). Não sobraria quase nada de Cidades e Integração, pois, dois ministérios sempre disputados por políticos. Uma fusão do que sobrar ficaria com prevenção e atenuação de desastres naturais e "desenvolvimento sustentado local".

Com as fusões, a Infraestrutura teria uns 38% do total do dinheiro federal destinado a investimentos (obras, equipamentos etc.). O Ministério da Defesa, hoje o que mais despende em investimento, tem pouco mais de 19%. Militares vão comandar ainda Ciência e Tecnologia, Segurança Institucional e os gabinetes da Presidência e vice, óbvio.

Há ministérios com grandes

dotações orçamentárias, como Saúde, Educação e mesmo Trabalho. Mas muito do dinheiro dessas pastas é carimbado: tem destino definido inalterável pelas leis orçamentárias anuais, por determinações constitucionais, com gasto de pessoal etc. Ainda assim, em termos de verba, Saúde e Educação são de encher os olhos e ocupam o quarto e o quinto lugares no ranking dos investimentos do governo.

Ainda pode ser que a Infraestrutura continue fatiada em vários ministérios, sob controle de um articulador abrigado no Planalto, com Bolsonaro. Mas é difícil.

Sendo assim, falta definir a área dita social, em termos de grandes latifúndios ministeriais, e o formato final da articulação política.

No mais, há o uberministro Guedes, com ambição de grande reforma econômica e conselheiro-mor do presidente eleito (o outro é Heleno). Há o líder anticorrupção, Sergio Moro, superministro, mas nem tanto, da Justiça. A ministra Tereza Cristina, da Agricultura, terá ascendência sobre o Meio Ambiente e pode absorver mais tarefas.

Os militares estão no Planalto, na Defesa, por ora na Infraestrutura, no comando das parcerias com o setor privado e com as maiores verbas.

Sem privatizar Eletrobrás, União terá de cortar R\$ 12 bi

Ricardo Leopoldo

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que sem a privatização da Eletrobrás, o novo governo precisará cortar R\$ 12 bilhões do Orçamento de 2019, dado que tais recursos são considerados na proposta de receitas e despesas feita pela administração Michel Temer para o próximo ano: “A privatização da Eletrobrás é uma questão de diálogo entre o atual governo e a administração eleita. Trata-se de uma decisão política”. “Para mim, a privatização da Eletrobrás é uma solução ganha-ganha, inclusive porque o governo federal não dispõe de recursos para aplicar no setor.”

Mansueto manifestou muita confiança na expansão do setor de energia no País nos próximos anos, com a possibilidade do avanço de investimentos, e destacou que o tema que trata das negociações sobre a cessão onerosa envolvendo a Petrobrás e o governo federal devem ser concluídas em 2019. Ele fez os comentários no evento do Bradesco BBI para investidores internacionais em Nova York. O secretário afirmou que se o novo

governo aproveitar a proposta da reforma da Previdência da administração Temer, que tramita na Câmara, “poderá economizar cinco meses” para ter a aprovação dessa mudança estrutural pelo Congresso. E ponderou que a apresentação de um novo texto para a Previdência empurraria a aprovação para o segundo semestre. “Se utilizar a proposta que está na Câmara, a reforma pode ser aprovada no primeiro semestre.

Isso ocorre porque, com a aprovação da proposta na Câmara, ela vai para o Senado e poder ser modificada amplamente a partir daquele ponto”, destacou. Importante. “Por outro lado, se o novo governo fizer uma proposta desde o início, a reforma só será aprovada pelo Congresso no segundo semestre de 2019”, apontou o secretário. Ele afirmou que é “muito importante” para o novo governo aprovar a reforma da Previdência no próximo ano. Para ele, o País sofrerá sem as mudanças nas regras previdenciárias, dado que é um dos principais problemas estruturais das contas públicas federais.

Venezuela, Cuba e Moçambique devem R\$ 1,7 bi ao BNDES

Maior parte da dívida é de empréstimos para obras que foram executadas por construtoras brasileiras com garantia do Tesouro

Vinicius Neder

Venezuela, Moçambique e Cuba devem R\$ 1,7 bilhão (US\$ 459,2 milhões) ao BNDES em pagamentos atrasados. A maior parte das dívidas é de empréstimos para obras tocadas nesses países por construtoras brasileiras, como Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa. Como os financiamentos têm garantia do Tesouro, a conta poderá ficar em Brasília. O projeto de Orçamento de 2019 já prevê R\$ 1,4 bilhão de gastos para cobrir calotes. O caso que mais preocupa é o da Venezuela, que enfrenta crise política, recessão e hiperinflação, e começou a atrasar o pagamento da dívida em setembro do ano passado. O país vizinho tem um total de US\$ 274 milhões de pagamentos da dívida em atraso com o BNDES – US\$ 159 milhões atrasados há mais de

180 dias.

Pelo câmbio médio do terceiro trimestre, o total atrasado há mais de 180 dias equivale a R\$ 628 milhões. No caso de Cuba, os atrasados somam US\$ 71,2 milhões – US\$ 26 milhões em financiamentos de exportação do BNDES e cerca de R\$ 40 milhões no Proex Financiamento, linha com subsídios federais para apoiar exportações de empresas de menor porte –, mas o quadro piorou recentemente. A ilha caribenha chegou a pagar, com atraso, a parcela de maio, mas agora deve parcelas desde junho. A economia cubana foi atingida neste ano pela crise da Venezuela, que subsidiava o fornecimento de petróleo à ilha. Também foi afetada pela reversão de parte da distensão diplomática com os EUA, após a posse de Donald Trump. Já os atrasos de Moçambique são mais antigos, começaram em novembro de 2016. O país da Costa Leste da África está com US\$ 114 milhões em atraso superior a 180 dias. Calote. Os atrasos fizeram o BNDES

elevantar as provisões para crédito duvidoso – o montante que os bancos separam em seus balanços financeiros para fazer frente a possíveis calotes.

O diretor de Estratégia e Transformação Digital da instituição de fomento, Ricardo Ramos, frisou que esses empréstimos têm garantia do Tesouro, por meio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), bancado pelo Fundo de Garantia às Exportações (FGE). Por causa da Venezuela, o BNDES já foi indenizado em US\$ 139 milhões pelo FGE. As indenizações por conta dos atrasos de Moçambique somam US\$ 29,7 milhões. Os atrasos de Cuba ainda não excederam o prazo necessário para executar a garantia. Quando aciona o SCE, o BNDES retira aquele valor do provisionamento e quem cobra o país devedor é o governo. “Esses países, de forma muito semelhante aos Estados da federação, não quebram. Países passam por ciclos econômicos”, disse Ramos.